

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA – PAULIPREV – 02/12/2015.

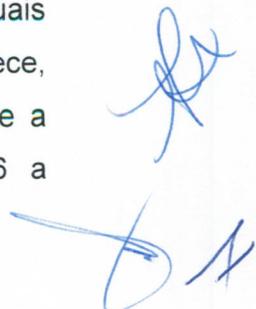
Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze na sede do Instituto Pauliprev, reuniu-se o Comitê de Investimentos, a partir das 09:00hs, onde discutiram sobre os seguintes itens:

1) Política de Investimentos 2016.

Em atendimento às exigências previstas na legislação que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em consonância ao disposto no parágrafo 3º, do artigo 1º, da Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011 e alterações, o comitê de investimentos do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia, analisa o cenário macroeconômico e sugere a Política Anual de Investimentos para posterior deliberação do Conselho de Administração.

Esta sugestão encontra-se em consonância com a legislação vigente, de forma a auxiliar na elaboração de um documento responsável pela orientação e controle para procedimentos de gestão dos investimentos do RPPS no exercício de 2016

Importante ressaltar que este texto trata-se de uma sugestão, podendo ser alterada e revisada de acordo com a estratégia dos gestores de recursos em detrimento das necessidades atuariais. A política de investimentos consiste em um instrumento gerencial que possibilita à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, buscarem uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco aos quais serão expostos os conjuntos de investimentos do PAULIPREV. Estabelece, ainda, o referencial de adequação das aplicações aos ditames legais e a estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2016 a 31/12/2016.



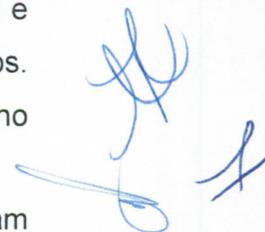
3. Avaliação de Cenário Macroeconômico

3.1. Cenário Internacional:

O começo de 2015 caracterizou-se principalmente pela deflação nas economias mais sólidas do globo e da variação de valor das principais commodities comercializadas. A economia global se manteve crescendo de forma gradual e desigual.

O ritmo de atividade cresceu mais rapidamente nos Estados Unidos da América (EUA), foi menor que o antecipado na Área do Euro e decresceu no Japão, marcando período recessivo. Do ponto de vista dos preços, a inflação, que já estava em patamar reduzido, recuou ainda mais nas economias avançadas, parcialmente refletindo a redução no preço do petróleo. Em dezembro, registrou-se deflação interanual de 0,2% na Área do Euro. As autoridades monetárias das principais economias globais optaram por decisões de política monetária característica: enquanto o Federal Reserve (Fed) encerrou, em outubro, seu programa de compra de ativos, ainda que sinalizando a continuidade da sua política monetária acomodatória por tempo considerável, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco do Japão (BoJ) explicitaram o compromisso de adotar políticas consideradas necessárias para a promoção do crescimento e minimização do risco de deflação. Em relação aos mercados emergentes, o foco permanece na intensidade da desaceleração econômica chinesa. Outras importantes economias emergentes seguem apresentando moderação no ritmo de atividade, parcialmente explicada por recuo nos preços de commodities, impedimentos estruturais, condições de financiamento mais apertadas, incertezas de ordem política e desequilíbrios macroeconômicos. Os conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio também adicionaram incerteza aos mercados financeiros. Paralelamente, intensificaram-se os alertas de acumulação de riscos no shadow banking system (sistema bancário paralelo).

No terceiro trimestre de 2015, as políticas monetárias permaneceram flexíveis nas economias avançadas, condicionadas por seus diferentes posicionamentos no ciclo econômico. O crescimento permanece desigual e



INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

contido. O ambiente de taxas de juros internacionais, de fato minimizadas, atenuou as preocupações associadas à tomada excessiva de risco e ao aumento de grau de alavancagem. Aumentou a volatilidade nos mercados de bônus, diminuindo a liquidez, portanto impactando na propagação de choques para outras classes de ativos.

Neste cenário, a atuação dos bancos centrais seguiu pautada pela contenção dos riscos à estabilidade nos mercados financeiros e seus prováveis impactos no processo de retomada do crescimento econômico. Nos Estados Unidos da América (EUA), se aproxima o início da normalização de sua política monetária. A recuperação econômica apresenta sinais de maior sustentabilidade, principalmente no mercado de trabalho, o crescimento econômico tem mostrado melhoras, porém não muito diferente desde 2010, mantendo ao redor de 2,30%. Em setembro o banco central americano, o FED, decidiu por manter a taxa de juros estável, uma vez que não há notável aceleração nos índices de inflação. Estes dados refletem as incertezas associadas ao cenário externo, que inclui a queda do preço do petróleo e possíveis choques financeiros advindos da China, e que afetam as perspectivas para a dinâmica de preços na economia americana. Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu por intervir na atividade econômica da região, pelo Quantitative Easing, anunciou o compromisso de comprar mensalmente 60 bilhões de euros em ativos entre março de 2015 e setembro de 2016, equivalente a mais de um trilhão de euros no período, com possibilidade de ser prolongado caso os níveis de inflação não retornem para a trajetória ascendente desejada. Os QE's, mostraram sinais positivos durante o ano, mas ainda não geraram a expansão econômica almejada, como a alta dos salários que levaria a inflações mais elevadas os aproximando de suas metas. As ações de política monetárias instituídas, as altas taxas de desemprego, aliadas a consolidação fiscal e as incertezas políticas, constituem elementos de contenção de investimentos e do crescimento.

Entre as economias emergentes a China manteve crescimento desacelerado em relação às séries históricas, se vê a reestruturação interna em torno de



um crescimento mais lento e sustentável, voltado para a fomentação do consumo interno, contando com incentivos governamentais, dentre estes o investimento em ações e medidas de afrouxamento monetário.

Mesmo que os impactos sob o crescimento econômico permaneçam limitados, a fragilidade de bancos e corretoras envolvidos em transações de maior risco pode comprometer a confiança dos agentes e acentuar a desaceleração do país. A China se tornou grande peso na economia global, dado que, um desaquecimento brusco inevitavelmente afetaria o resto do mundo.

As economias emergentes que já sentiram esta desaceleração, seguem em transição para um ritmo de crescimento econômico mais moderado, com destaque negativo para as exportadoras de commodities, desfavorecidas pela redução dos preços internacionais, atenuando as incertezas para o risco soberano de países exportadores e de empresas do segmento energético.

Os riscos para a estabilidade financeira global permanecem elevados, com destaque para a estabilidade de mudanças na inclinação da curva de juros em economias maduras.

3.2. Cenário Nacional:

Em 2014 o governo acumulou déficit primário de 32,5 bilhões de reais (equivalente a 0,63% do PIB). Fechamos o ano de 2014 com déficit fiscal e externo e, em consequência, houve um desalinhamento nos preços, o que provocou inflação.

Em detrimento do acontecido, o governo implantou algumas medidas com o objetivo de recuperar os indicadores econômicos. Uma das medidas promovidas pelo governo, foram elevações como a retomada do CIDE (Contribuição de Intervenção No Domínio Econômico) para combustíveis, o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de crédito e o aumento do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cosméticos. Estas medidas para realinhamento dos chamados preços administrados



INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

exercem impactos contracionistas sobre a atividade no curto prazo de forma a aumentar a arrecadação pública.

Embora bem sucedidas no sentido de reduzir o crescimento dos gastos públicos, incluindo os cortes nos programas sociais, estas ações não se mostraram suficientes no curto prazo, porém espera-se uma reação positiva dentro do objetivo desafiador de um superávit primário em 2016.

Com o aumento dos impostos, os níveis de inflação no Brasil romperam o teto da meta, tendo como resposta do COPOM uma séria de elevações da taxa Selic passando a 14,25% a.a. e se mantendo com o objetivo de convergir para o centro da meta, de 4,5% a.a.

Outro fator de atenção que acompanhou a entrada do ano foi a crise energética e de abastecimento de água no Brasil. A situação se agravou devido aos baixos índices fluviais. Dessa forma, mesmo com a normalização de chuvas no curto prazo, os níveis dos reservatórios permaneceram em situação crítica.

Os investimentos da Petrobrás têm importante participação no investimento total da economia, respondendo por aproximadamente 10% da Formação Bruta de Capital Fixo. A previsão de investimentos da estatal em 2015 foi reduzida em outubro de US\$ 28 bilhões para US\$ 25 bilhões. Para 2016, o orçamento previsto passou de US\$ 27 bilhões para US\$ 19 bilhões, assim, o Plano de Negócios 2015-2019, que era de US\$ 130,3 bilhões, passou para US\$ 119,3 bilhões acumulando um recuo de 8,4%.

A estatal deve reduzir em 2015 a queda dos investimentos na ordem de 30% em relação ao ano de 2014, se estimando segundo dados do Depecon/Fiesp uma retração de 0,9 p.p. no PIB.

Primeiramente, foi divulgado pela estatal o balanço não auditado referente ao terceiro trimestre de 2014, recebido negativamente pelo mercado. Além disso, a Petrobrás revisou suas projeções de crescimento com a queda de 10,0% para 4,5% em 2015.

No terceiro trimestre do exercício, alguns temas permanecem em foco como a magnitude do serviço da dívida pública, que vem atingindo altas proporções do PIB com a deterioração fiscal observada desde o exercício passado, do qual compartilha sintomas do elevado montante de gastos com juros. Com isso o país teve sua nota de classificação de risco rebaixada e perdeu o grau de investimento pela agência *Standard & Poor's*. A incerteza doméstica, com destaque ao contexto internacional desfavorável, reduz os preços dos ativos no Brasil, inclusive a taxa de câmbio com a desvalorização do real frente ao dólar, e eleva a projeção de inflação. Nesse cenário, a perspectiva de crescimento é menor e a de desemprego, maior.

Somado a tais fatores, com a divulgação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2016, que apresentou a primeira proposta de déficit no resultado primário, atenuou o grau de incerteza associada do equilíbrio das finanças públicas.

Segundo a apresentação da equipe econômica, a receita líquida obtida ao longo do próximo ano será inferior à despesa total prevista para o governo central. Ou seja, caso as premissas utilizadas nas projeções da PLOA se concretizem, o governo central incorrerá em déficit de R\$ 30,5 bilhões, equivalente a 0,5% do PIB.

De acordo com o IBGE, a economia brasileira encolheu 1,9% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, equivalente a uma queda de 2,6% na comparação interanual. Ainda que a queda dos investimentos seja notável, outro aspecto observado foi a retração do consumo das famílias, por se tratar de um componente mais tradicional da demanda doméstica responde por cerca de 60% do PIB no país (que pode ser medido pelo PMgC, Propensão Marginal a Consumir).

Portanto, as expectativas do mercado caminham para uma retração de 2,9% do PIB para o ano de 2015, antevendo novas quedas do consumo e do investimento.

3.3. Perspectivas para 2016

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Sobre as projeções para o exercício de 2016, diversas são as indicações de que o Brasil permanecerá em um ciclo de retração econômica nos próximos trimestres, não vislumbrando sinais de mudanças significativas no curto prazo.

Os índices de crescimento do nível de atividade econômica, unindo-se a uma projeção cambial que já vem impactando o patrimônio das empresas podem deteriorar-se para o ano em curso, apontado para a concretização de uma recessão técnica.

Esta recessão técnica implicará na piora das receitas com tributos e consequente deterioração fiscal, uma forte distensão do mercado de trabalho, acentuada retração da demanda e o alto nível de estoques. Tais fatores desenham, segundo analistas, o déficit primário também em 2016.

A dificuldade de gerar superávits primários em proporções suficientes para estabilizar, a dívida pública e a inflação elevada impactarão no risco país, do qual realimentará este circuito, com maior desvalorização do Real perante ao Dólar. Dada esta cadeia, os agentes econômicos acreditam que a inflação ficará fora da faixa de tolerância.

4. Metodologia de Gestão da Alocação

Os cenários de investimentos dessa política foram traçados a partir das perspectivas para a economia, com ênfase na política monetária, no panorama político e no comportamento das principais variáveis econômicas. Essa conjuntura será acompanhada para a realização de revisões periódicas e possíveis alterações na condução dos investimentos planejados nesse documento.

	Lim. Resolução	Lim. Sugerido
*Seguimento de Renda Fixa		
Artigo 7º, I – até 100% (cem por cento) em:		
Artigo 7º, I,"a"- títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia	100%	100%

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

(SELIC).		
Artigo 7º, I, "b" - cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub índices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer sub índice atrelado à taxa de juros de um dia.	100%	100%
Artigo 7º, II -até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I.	15%	15%
Artigo 7º, III – até 80% (oitenta por cento) em:		
Artigo 7º, III, "a" - cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub índices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer sub índice atrelado à taxa de juros de um dia;	80%	80%
Artigo 7º, III, "b" - cotas de fundos de índices de renda fixa cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade dos sub índices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer sub índice atrelado à taxa de juros de um dia;	80%	80%
Artigo 7º, IV – até 30% (trinta por cento) em:		
Artigo 7º, IV, "a" - cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;	30%	30%
Artigo 7º, IV, "b" - cotas de fundos de índices cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa;	30%	30%
Artigo 7º,V – até 20% (vinte por cento) em:		
Artigo 7º, V, "a" - depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos	20%	20%

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

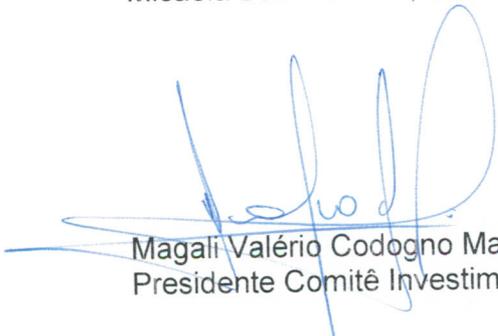
responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;		
Artigo 7º, V, "b" - Letras Imobiliárias Garantidas;	20%	20%
Artigo 7º, VI – até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;	15%	15%
Artigo 7º, VII – até 5% (cinco por cento) em:		
Artigo 7º, VII, "a" - cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou	5%	5%
Artigo 7º, VII, "b" - cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".	5%	5%
*Seguimento de Renda Variável	Lim. Resolução	Lim. Sugerido
Artigo 8º, I – até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;	30%	30%
Artigo 8º, II – até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;	20%	20%
Artigo 8º, III – até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;	15%	15%
Artigo 8º, IV – até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;	5%	5%
Artigo 8º, V – até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;	5%	5%
Artigo 8º, VI – até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.	5%	5%

*** Esta política atende a resolução 3.922/2010 e as alterações da resolução 4.392 de 19/12/2014.**

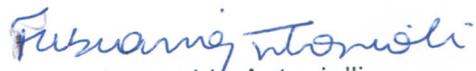
O comitê sugere um perfil conservador, o que significa não se expor a alto nível de risco. Contudo, tendo em vista garantir, ou superar, a meta atuarial, essa gestão buscará as melhores rentabilidades dentro dos investimentos selecionados.

Encaminhe-se a política para deliberação do conselho administrativo e após dê-se publicidade.

Não tendo mais nada a ser tratado, o comitê encaminha as sugestões para deliberação do Conselho Administrativo. Registra-se a ausência da Sra. Micaela Leal Huertas, afastada dessa comissão em razões médicas.



Magali Valério Codogno Maciel
Presidente Comitê Investimentos



Fabiana Aparecida Antonioli
Membro C. Investimentos



Luciana Cristina Minucci Koki
Membro C. Investimentos